



**CAMPO NOVO
DO PARECIS**
PREFEITURA



OFÍCIO nº 202/2019/GAB

Campo Novo do Parecis - MT, 17 de Maio de 2019

Para: Excelentíssimo Senhor

Vereador Wagner Tavares da Cunha

Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis.

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei nº 0082017, de autoria dos vereadores Wagner Tavares da Cunha, Rosinha Colombo, Márcio do Nascimento, Vanderlei Baioto e Gilberto Vieira.

Ao cumprimentá-los, venho por meio deste, encaminhar em anexo Memorando nº 171/2019 da Secretária de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, referente ao Projeto de Lei nº 0082017 que dispõe sobre o parcelamento de imóveis para fins específicos de sítios de recreio no Município de Campo Novo do Parecis – MT e dá outras providências.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Câmara Municipal Campo Novo do Parecis

Data: 17/05/2019 Hora: 15:16
Espécie: Correspondência Recebida Nº 5248/2019

Assunto: OFÍCIO n.º 202/2019 EMCMINHAAMENTO DE
PROJETO DE LEI n.º 0082017

Av. Mato Grosso, 66-NE | Centro | CEP 78.360-000 | Campo Novo do Parecis | MT
CNPJ 24.772.287/0001-36 | Fone (65) 3382-5100 | www.componovodoparecis.mt.gov.br



Campo Novo do Parecis, 16 de maio de 2019

MEMORANDO Nº: 171/2019

PARA: **Gabinete do Prefeito**

ASSUNTO: **Encaminhamento de Projeto de Lei**

Vimos através deste, encaminhar para conhecimento o Projeto de Lei nº 0082017 – LE de 23 de Outubro de 2017, de Autoria dos nobres Vereadores Wagner Tavares da Cunha, Rosinha Colombo, Márcio do Nascimento, Vanderlei Baioto e Gilberto Vieira, que Dispõe sobre o parcelamento de imóveis para fins específico de sítios de recreio no Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências.

Qualquer dúvida sobre o projeto nos colocamos a disposição para esclarecê-las.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



ALEXANDRO MARCELO MARCHI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
Portaria 603/2018



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ESTADO DE MATO GROSSO

RECOMENDAÇÕES DE ALTERAÇÕES DADA PELO COMDUAC

PROJETO DE LEI Nº 008/2017-LE DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

AUTORIA: VEREADORES WAGNER TAVARES DA CUNHA, ROSINHA COLOMBO, MÁRCIO DO NASCIMENTO, VANDERLEI BAIOTO E GILBERTO VIEIRA DE MELO.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE IMÓVEIS PARA FINS ESPECÍFICO DE SÍTIOS DE RECREIO NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os Vereadores da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, abaixo subscritos, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o disposto no art. 38, I, da Lei Orgânica Municipal, apresentam para apreciação e de liberação do Soberano Plenário o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O parcelamento específico do solo para fins de sítios de recreio no Município de Campo Novo do Parecis, será feito mediante implantação de associação .

Art. 2º. O regime que regulará o parcelamento do solo, tanto em suas relações internas como em suas relações com o Município, é o estabelecido nesta Lei. E no que couber na Lei Complementar Municipal 04/2003 - Lei federal nº 6.766/79 e Lei federal nº 9.785/1.999 que alterou a Lei 6.766 no Cap. II, Art.4, &1º. Lei nº 4.591 (equiparando se o loteador ao incorporador e os compradores aos condôminos, Decreto lei nº 271/1967). Nota técnica do INCRA nº 02/2016 que substitui a normativa 17B nos seus itens 03, letra E1 e E2, item letra 04 letra D.

Parágrafo Único. Cada sítio com seus acessórios corresponderão a uma unidade autônoma de propriedade exclusiva do adquirente e as áreas comuns, (ruas, calçadas, áreas verdes e outras), serão administradas por associações a serem criadas.

Art. 3º. O ônus da execução das obras e dos projetos urbanísticos, ambientais e projetos complementares é de total responsabilidade do loteador.

Art. 4º. O projeto de parcelamento específico deve ser aprovado pelo poder Executivo Municipal, ouvido obrigatoriamente ou previamente a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Meio Ambiente.

Art. 5º. A gleba destinada à implantação de sítios de recreio, passarão a condição de área urbana, mediante publicação de Decreto Municipal.

Art. 6º.
Somente será autorizado o parcelamento específico para fins de sítios de recreio em glebas, fora do perímetro urbano.

Art. 7º. O parcelamento para fins de sítios de recreio integrará a Zona de Urbanização Específica para Sítios – ZUES.

Art. 8º. Não será permitido o parcelamento específico de imóvel para fins de sítios de recreio em:

- I - em terrenos baixos e alagadiços sujeitos a inundações;
- II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;
- III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes;
- IV - em terrenos julgados impróprios para edificação ou inconvenientes para habitação;
- V - em áreas que ofereçam riscos geológicos, ou que provoquem danos ambientais, assoreamentos e voçorocas;
- VI - em áreas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção;
- VII - em áreas sem condições de acesso por via oficial e/ou sem infraestrutura adequada.

CAP II URBANIZAÇÃO

Art. 9º. Os parcelamentos em sítios de recreio deverão atender aos seguintes requisitos pelo loteador:

- I - sítios com área mínima de 2.500 m² (Dois mil e quinhentos metros quadrados);
- II - toda gleba a ser parcelada deverá destinar parte de sua área total aos seguintes usos na proporcionalidade seguinte:
 - a) mínimo de 6% (seis por cento) de sua área para espaços e serviços comunitários, excluindo-se praças públicas, parques/bosques e canteiros centrais.
 - b) mínimo de 10% (dez por cento) de sua área para áreas verdes e permeáveis, incluindo praças públicas, parques/bosques e canteiros centrais;
 - c) O sistema viário deve ser adequado a sua densidade populacional, desde que não conflite com o inciso IV do Art. 9º.
- III - reservar uma faixa de 15 m (quinze metros) sem edificação de cada lateral das faixas de domínio público das estradas/rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia e dutos, conforme a Lei Federal nº 6.766/79;
- IV - vias abertas e sinalizadas, com faixa de domínio, sendo que as vias coletoras devem ter no mínimo de 16,00 (dezesseis) metros e as vias locais, não inferiores a 14,00 (quatorze) metros de largura. E no que couber a Lei Municipal do sistema viário 007/2003.

V - implantação de vias coletoras e locais de acesso aos sítios, serão pavimentadas ou cascalhadas, conforme descrito no projeto aprovado.

VI - demarcação dos logradouros, quadras e sítios com instalação de marco em concreto;

VII - contenção de encostas, se necessário, instaladas mediante projeto específico sob responsabilidade técnica de profissional habilitado;

VIII - obras de escoamento de águas pluviais compreendendo, curvas de nível, valas de escoamento, poço de visita (pv), tubulações, bocas de lobo, bacias de contenção, além de outros que se fizerem necessários, os tipos de equipamentos do sistema drenante descritos, serão utilizados de forma parcial de forma a garantir a preservação do solo e ambiente;

IX - implantação de rede distribuidora de água potável, com equipamentos e acessórios, tais como estação de recalque, reservatório, poço tubular, ou alternativa com projetos elaborados conforme normas da SEMA;

X - implantação de fossa séptica-ecológica nas habitações dos sítios, sendo tal implantação a cargo e ônus do adquirente/proprietário do imóvel, de acordo com projeto estabelecido em contrato de compra e venda ou normas da associação;

XI - arborização de vias de circulação, área verde e sistema de lazer;

XII - implantação de rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme Projeto aprovado pela ENERGISA;

XIII - implantação de serviço de coleta e destinação final do lixo doméstico e público.

§ 1º. A associação, através de seus associados, terá a obrigação de manter, por si só, os requisitos permanentes da constituição da associação previstos neste artigo, especialmente no que tange ao serviço de coleta e destinação final do lixo doméstico e público. E de implantação e manutenção da rede água e energia elétrica e dos custos de iluminação pública.

§ 2º. A associação arcará com as despesas referidas no § 1º deste artigo.

Art. 10. As vias de circulação do parcelamento, deverá articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes e projetadas, harmonizar-se com a topografia local e atender às demais disposições desta lei e as estabelecidas em legislação própria.

Art. 11. As edificações em cada sítio deverá seguir as seguintes diretrizes:

I - taxa de ocupação máxima de 60% (sessenta por cento);

II - edificações com gabarito máximo igual a 9,00m (nove metros);

III - obrigatoriedade de observância dos seguintes afastamentos mínimos, em relação à construção:

a) recuo mínimo de 5,00 m (cinco metros), medidos a partir do alinhamento frontal da chácara;

b) recuo mínimo de 1,5 m (Um metro e cinquenta centímetros) em relação às divisas laterais das chácaras;

IV - permissão para construção de muros de arrimo, com limites de execução até a altura estritamente necessária a tal finalidade;

V - obrigatoriedade de concessão de servidão para passagem de águas pluviais por parte de todo o parcelamento;

VI - observância da convenção da Associação.

Art. 12. Permite-se a existência de unidades comerciais internas, conforme o projeto do respectivo empreendimento a ser aprovado pela Prefeitura.

Parágrafo único. Após a entrega do respectivo empreendimento, caberá à Associação de moradores e seu estatuto, decidir quais estabelecimentos comerciais serão permitidos em sua área comercial interna.

CAPITULO III DAS DIRETRIZES PARA FINS DE SÍTIOS DE RECREIO

Art. 13. A minuta do projeto de parcelamento do solo para fins de sítios de recreio será previamente submetida à apreciação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente tem o prazo de 60 (secenta) dias para apreciação do projeto.

Art. 14. Os projetos e requisitos previstos nesta lei deverão obedecer às diretrizes descritas nesta Lei.

§ 1º. O requerimento deverá ser apresentado em quatro vias, protocolada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 2º. Acompanharão o requerimento os itens abaixo relacionados, devidamente assinados por profissional responsável com registro no órgão competente:

I - título de propriedade do imóvel ou certidão atualizada de matrícula da gleba expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

II - histórico dos títulos de propriedade do imóvel, abrangendo os últimos 20 (vinte) anos, acompanhados dos respectivos comprovantes;

III - certidão negativa de débitos municipais;

IV - dados geoespaciais do empreendimento, na seguinte forma:

- a) Em todo o processo de licenciamento do parcelamento de solo, deverá ser apresentada carta imagem em meio físico (impresso no mínimo em A3) e meio digital contendo dados geoespaciais;
- b) O sistema de referência da coleta de dados de campo deverá ser SIRGAS 2000.
- b) A escala dos dados levantados e vetorizados será determinada pela atividade a ser licenciada;
- d) As plantas, cartas e mapas referentes ao empreendimento apresentado em meio analógico deverão seguir as convenções cartográficas; contendo escala numérica e gráfica grade de coordenadas (sem causar poluição visual), legenda, norte verdadeiro, identificação do sistema de projeção Datum – SIRGAS 2000; Se houver dados de sensoriamento remoto, informar a resolução, o sensor, data e composição da (s) banda(s), terem dimensões em conformidade com as normas da ABNT (NBR 10068:1987);
- e) Apresentar mapas temáticos de localização da gleba com amarração através de coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel georreferenciada, (perímetro da AID – Área de Influência Direta) e suas distâncias em relação às áreas de uso restrito: Unidades de conservação (Federal Estadual e Municipal); Terras Indígenas; e áreas de influência de bens culturais acautelados;

V – Outros documentos exigidos pela legislação municipal, contendo:

- a) As divisas da gleba a ser parcelada, contendo demarcação do perímetro da gleba e meio digital contendo dados geoespaciais, observando os seguintes padrões: Indicação de todos os confrontantes, ângulos, cotas, referência de norte (RN) e memorial descritivo, conforme descrição constante no documento de propriedade;
- b) Curvas de nível de metro em metro e bacia de contenção;
- c) Localização de cursos d'água, áreas de preservação permanente e verde, bosques, árvores frondosas isoladas, construções e demais elementos físicos naturais e artificiais existentes na gleba;

VI - Outros documentos exigidos pelas legislações federal, estadual e municipal;

VII - Compromisso de que os sítios será posto à venda somente após o registro do projeto junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 15. As diretrizes estão descritas no Cap. III desta Lei:

I - As dimensões mínimas dos sítios e quadras;

II - Localização e identificação da rede de abastecimento de água, observado o disposto no inciso IX, do art. 9º desta Lei;

III- As faixas de proteção das águas correntes, cursos d'água e dormentes dos mananciais;

IV - As faixas de domínio público de proteção de estradas/rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, conforme inciso III do art. 9º desta Lei.

Art. 16. O projeto, para análise, será apresentado à Secretaria Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Art. 17. Para aprovação, o projeto de parcelamento do solo, deverá, obrigatoriamente, seguir a orientação das diretrizes oficiais definidas, contendo:

I - certidão atualizada do imóvel, mínimo de expedição 30(trinta) dias;

II - certidão de ônus atualizada da matrícula da gleba, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

III - certidão negativa municipal, estadual e federal;

IV - projeto urbanístico orientado pelas diretrizes apontadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, contendo:

a) memorial descritivo;

b) Planta impressa do projeto, em 04 (quatro) vias, devidamente assinadas pelo profissional responsável, na escala de 1:1000 e uma cópia digital em CD com arquivos do tipo "PDF" (memorial e cronogramas) e "DWG" (desenhos), rotulado, identificado e com a informação da versão dos arquivos, além da cópia de ART registrada no órgão competente, da responsabilidade técnica do autor do projeto e responsável pela execução;

c) Cronograma físico financeiros de execução das obras;

d) A subdivisão das quadras em sítios e chácaras, com as respectivas dimensões, numeração, cotas lineares de nível e ângulos;

e) Sistema de vias de circulação;

f) as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, ponto de tangência e ângulos centrais das vias;

g) Os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação, áreas verdes e áreas de preservação permanente, com indicação da porcentagem de inclinação e cotas de nível, na escala de 1:500;

h) A indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

- i) A indicação em planta na escala de 1:1000, e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais na escala de 1:500;
- j) Os detalhes dos ângulos, perfis e outros necessários à implantação do projeto;

V - projeto ambiental orientado pelas diretrizes apontadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, contendo:

- a) O estabelecido no art. 9º, desta Lei;
- b) Descrição e delineamento da área de preservação permanente e forma de sua preservação e manutenção;
- c) Descrição, delineamento e formação da área verde e forma de sua utilização, preservação e manutenção;
- d) Cronograma de arborização das vias de circulação e área verde;
- e) Espécies a serem utilizadas na arborização das vias de circulação e de área verde;

VI - comprovante de pagamento de taxas e emolumentos sobre o parcelamento do solo, que serão calculados pela Municipalidade tomando-se por base idênticos parâmetros aplicados ao parcelamento do solo urbano;

VII - minuta da convenção da associação.

Parágrafo único. Todos os documentos, relatórios, desenhos e plantas deverão ser assinados pelo proprietário ou representante legal e por profissional legalmente habilitado para os projetos, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.

CAPÍTULO IV APROVAÇÃO DO PROJETO DE SÍTIOS DE RECREIO

Art. 18. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação do projeto de parcelamento do solo, para apreciá-lo nos termos do Capítulo anterior.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, ao examinar o projeto não poderá suprimir as diretrizes definidas por esta Lei.

§ 2º. A decisão de não aprovação do projeto deverá ser fundamentada e especificar, item a item, as irregularidades ou requisitos desatendidos.

§ 3º. Quando a irregularidade referir-se à ausência de documentos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico facultará ao empreendedor prazo não superior a 90(noventa) dias para corrigir a irregularidade.

§ 4º. A abertura de prazo para complementação de documentos fará acrescer, do dobro, o prazo de que dispõe a autoridade para decidir sobre a aprovação do projeto.

Art. 19. Os projetos reprovados ou que tenham sofrido correções poderão ser novamente submetidos ao crivo da municipalidade, sujeitando-se, neste caso, ao trâmite previsto para os projetos apresentados pela primeira vez.

§ 1º. Em cada caso, poderão as autoridades municipais, aproveitar atos já praticados e documentos apresentados durante a avaliação do primeiro projeto apresentado.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica às hipóteses de caducidade, termo de prazos e arquivamento do projeto, previstos nesta lei.

CAPÍTULO V

DA TRANSFORMAÇÃO DA ZONA E DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS

Seção I

Da Transformação da Zona

Art. 20. Aprovado o projeto, o Poder Executivo baixará, no prazo de 30 (trinta) dias, o decreto transformando a área correspondente ao mesmo em Zona de Urbanização Específica para Sítios – ZUES.

Parágrafo único. A transformação é reversível nos termos desta Lei.

Seção II

Do Registro

Art. 21. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da emissão do decreto, o projeto deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis, e imediatamente apresentado ao Município, sob pena de caducidade da aprovação e reversão da área à condição de zoneamento anterior.

Seção III

Do Alvará de Licença para Execução das Obras

Art. 22. Para emissão do alvará de licença para execução das obras, o empreendedor deverá apresentar ao Município, por termo, as garantias previstas no artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 04, de 30 de dezembro de 2003 (Parcelamento do Solo), observadas as restrições apresentadas na legislação federal.

Art. 23. O empreendedor firmará, ainda, TERMO DE OBRIGAÇÕES DE EMPREENDEDOR, por meio do qual se obrigará a executar o projeto aprovado sem qualquer alteração, obrigando-se, ainda:

I - executar à própria custa, no prazo fixado pela Prefeitura, todas as obras de infra estrutura, arborização de vias de circulação, e equipamentos urbanísticos

exigidos nesta Lei Complementar. Incluindo a constituição e formação de áreas verde e de áreas de preservação permanente, quando for o caso;

II - fazer constar em todos os documentos de compra e venda, além das exigências previstas em Lei Federal ou Municipal, a condição de que os sítios só poderão receber construção depois de concluídas as obras previstas no inciso I, deste artigo;

III - iniciar a venda dos sítios somente após o registro do projeto.

IV - averbar junto ao Registro de Imóveis o TERMO DE OBRIGAÇÕES DO EMPREENDEDOR à margem da matrícula de todas os sítios criados;

V - a não outorgar qualquer escritura definitiva de venda de sítios antes de concluídas as obras previstas no inciso I deste artigo e as demais obrigações impostas por Lei ou assumidas no Termo de Obrigações do Empreendedor.

Art. 24. O alvará de execução das obras não será expedido antes do registro do projeto junto ao cartório imobiliário competente e sem que seja efetivada a garantia e assinado o termo de obrigações de empreendedor previsto nos artigos 23 e 24 desta lei.

CAPÍTULO VI

DA ALIENAÇÃO E DA CONVENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

Seção I

Da Alienação dos Sítios de recreio

Art. 25. A alienação dos sítios, por meio de contrato, somente poderá ocorrer após o registro do projeto junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 26. A compra não autoriza o adquirente a construir antes de concluídas as obras impostas ao empreendedor previstas no artigo 24, inciso I, desta Lei.

Art. 27. A compra constará a responsabilidade do adquirente, como associado e proporcionalmente a área de seu sítio, pelas despesas com obras e serviços da associação, art. 24, inciso III, desta Lei.

Art. 28. Na compra, constará que a escritura pública definitiva será outorgada somente depois de concluídas e recebidas as obras do empreendedor, art. 23, inciso VI, desta Lei.

Seção II

Da Convenção da Associação

Art. 29. O responsável pelo empreendimento fica obrigado a:

I - instituir a associação, aprovar e registrar a respectiva convenção na Prefeitura;

II - constar da convenção da associação as atividades econômicas proibidas a qualquer associado dentro da associação;

III - inserir cláusula no contrato de compra e venda em que os adquirentes se obrigam a contribuir, na proporção de sua chácara para a manutenção das despesas da associação, nos termos do art. 28 desta Lei;

IV - fornecer a cada um dos adquirentes, de forma individualizada e constando em destaque o recebimento no contrato, de todas as informações, restrições e obras de conservação, proteção ao solo e ao meio ambiente, recomendadas quando da aprovação do projeto e previstas na legislação e cópia da minuta da convenção do condomínio;

V - constar no contrato de forma especificada todas as servidões aparentes ou não que incidam sobre o imóvel ou chácara;

VI - manter os serviços de água e esgoto e de energia elétrica, de proteção e conservação da área verde e da área de preservação permanente até a aprovação da convenção da associação;

VII - a convenção elaborada sem a aprovação prévia do Município, não terá nenhum valor legal.

Parágrafo único. Com o registro da convenção da associação no órgão competente, a associação assumirá a responsabilidade por todas as obrigações legais e contratuais do parcelamento, respondendo cada associado proporcionalmente à área de seu sítio.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES POR INFRAÇÕES AS NORMAS DE PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 30. O projeto de parcelamento do solo para sítios de recreio não executado no prazo do art. 21 desta Lei importará na reversão da área transformada em Zona de Urbanização Específica para sítios – ZUES – em gleba rural, caducando todas as autorizações e alvarás expedidos.

Art. 31. A execução de parcelamento sem aprovação da Prefeitura Municipal ensejará notificação de seu proprietário para de imediato paralisar as vendas e/ou as obras.

Art. 32. Após 15(quinze) dias úteis, deverá o notificado/empreendedor regularizar o chacreamento.

Art. 33. Em caso de descumprimento do prazo, o empreendedor será multado:

I - em 0,2 (zero dois por cento) da UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, por metro quadrado de parcelamento irregular;

II - interdição do empreendimento;

III - multa diária no valor de 30 (trinta) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, em caso de descumprimento da interdição;

IV - a não conclusão da totalidade das obras de urbanização dentro do prazo de validade fixado no alvará de execução sujeita o proprietário do parcelamento/chacreamento ao pagamento de 200 (duzentas) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis, por mês.

Art. 34. A multa não paga dentro do prazo legal importará em inscrição em dívida ativa.

Art. 35. Os projetos cuja aprovação tenha caducado e aqueles para os quais tiver havido reversão da área à condição de zoneamento anterior, não poderão ser objeto de novo pedido de aprovação pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 36. Constando a qualquer tempo que as certidões apresentadas como atuais não correspondiam com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes as diretrizes expedidas anteriormente à decretação de zona de urbanização específica para sítios e as aprovações subseqüentes.

Parágrafo único. Verificada a hipóteses deste artigo, o projeto será cancelado e as obras imediatamente embargadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, respondendo o empreendedor, com seus bens pessoais, pela indenização dos valores pagos pelos adquirentes, sem prejuízo da multa prevista no art. 33, desta Lei.

Art. 37. Os proprietários ou empreendedores de projetos não executados ou cancelados ficarão impedidos de pleitear novo parcelamento do solo, ainda que sobre outra área, por um prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 38. Havendo descumprimento das obrigações assumidas ou decorrentes de lei, o empreendedor e o proprietário da área serão notificados pelo Município para cumprirem a obrigação; e persistindo a mora por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias, responderão pelas sanções previstas no art. 33 desta Lei.

Art. 39. Os valores das penalidades pecuniárias instituídas por esta Lei sujeitar-se-ão a correções, na forma prevista pela legislação municipal.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Os parcelamentos do solo, para sítios de recreio aprovados com base nesta Lei deverão manter suas características originárias, ficando vedada a alteração do tipo de uso, assim como a divisão das chácaras.

Art. 41. O empreendedor e todos os autorizados à comercialização de sítios, responderão civil e penalmente pelas infrações cometidas contra a legislação e em especial a de proteção ao solo e ao meio ambiente.

Art. 42. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico resolverá questões técnicas quando omissa a legislação e regulamentos vigentes.

Art. 43. Considera-se clandestino todo e qualquer parcelamento do solo para fins de sítios de recreio, realizado antes de aprovado o respectivo projeto com a consequente decretação de zona de urbanização específica para chaceamento pelo Município.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 44. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir como Zona de Urbanização Específica para Sítios - ZUES - as áreas que compreendem os parcelamentos do solo, cujas coordenadas dos vértices definidores dos limites da gleba tenham sido formalmente protocolizadas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto no art. 46 desta Lei sem manifestação dos interessados, empreendedor ou proprietário, na regularização da área parcelada nos termos desta Lei, a mesma será tida, para todos os efeitos legais, como zona rural.

Art. 45. Todos os parcelamentos do solo para fins de sítios de recreio pré existentes a esta Lei, terão o prazo de 12(doze) meses, contados de sua publicação, para regularização junto ao Município, apresentando, para tanto, toda documentação que lhe for exigida, sob pena de serem considerados clandestinos.

Parágrafo único. A regularização dos empreendimentos imobiliários irregularmente estabelecidos na zona rural, bem como as edificações nele existentes, será feita atendendo-se às exigências desta Lei.

Art. 46. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal, em 02 de Abril de 2019.

VER. WAGNER TAVARES DA CUNHA

VER. ROSINHA COLOMBO

VER. MÁRCIO DO NASCIMENTO

VER. VANDERLEI BAIOTO

VER. GILBERTO VIEIRA DE MELO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade regulamentar a matéria, referente ao parcelamento do solo, na modalidade de sítios de recreio, definindo assim seus parâmetros urbanísticos.

O projeto prevê a possibilidade de implantação de sítios de recreio com uso residencial, institucional e econômico de abrangência local e que apresente potencial articulador das regiões próximas.

O projeto de lei visa evitar a implantação de sítios de recreio sem observância de critérios técnicos e normativos, o que pode causar prejuízos ao meio ambiente, trânsito e infra-estrutura local.

Os sítios para serem implantados, deverão apresentar projetos que atendam as normas exigidas nesta lei.

Esperamos poder contar com o apoio deste egrégio Plenário para que este projeto seja votado favoravelmente.